



Instruções (Leia atentamente)

Como se trata de questionário extenso, lembre-se de gravar o seu progresso em intervalo máximo de 60 minutos, no botão "Retornar mais tarde", para não haver perda de informação. Para submeter definitivamente o questionário, clique no botão "Enviar".

Lembre-se de que todos os quesitos são obrigatórios.

Seção A: I. Metas Fiscais

A1. 1. As metas estabelecidas na LDO para receitas, despesas, resultados primário e nominal e montante da dívida pública foram alcançadas?

sim

parcialmente

não

A2. 1.1 Descrever as metas que não foram alcançadas:

Seção B: II. Relatório Resumido da Execução Orçamentária e de Gestão Fiscal

B1. 2. O Poder Executivo publicou, em até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, Relatório Resumido da Execução Orçamentária dos Poderes do Estado incluídos os órgãos e entidades da administração direta e indireta?

Art. 165, § 3º, CR/88 e art. 52, LRF.

Sim

Não



B2. 3. Os titulares dos Poderes e órgãos publicaram, em até trinta dias após o encerramento do quadrimestre, Relatório de Gestão Fiscal?

Art. 54, LRF.

Sim

Não

Seção C: III. Resultado Fiscal

C1. 4. O total das receitas primárias suplantou o total das despesas primárias no ano avaliado?

Resultado Primário.

Sim

Não

C2. 5. Quanto ao Resultado Nominal, o Estado cumpriu a meta estabelecida na LDO para o ano avaliado?

Sim

Não

Seção D: IV. Execução da Receita

11. Em relação à receita corrente líquida do ano avaliado, informe o percentual de:

12. Quanto à concessão ou ampliação de incentivos ou benefícios de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita, responda:

D1. 6. Foram implementadas medidas para a melhoria da capacidade de arrecadação de impostos e outras receitas com vistas a:

Art. 13, LRF.

combate à evasão e sonegação fiscal de receitas

evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa

aumento da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa

não foram implementadas medidas para a melhoria da capacidade de arrecadação

D2. 7. As receitas previstas foram desdobradas em metas bimestrais de arrecadação?

Art. 13, LRF.

Sim

Não



D3. 7.1 O Estado monitora a execução orçamentária da receita prevista na LOA, visando a correção de possíveis desvios em relação ao planejado?

Sim

Não

D4. 8. Consta na LDO meta para arrecadação do ICMS?

Sim

Não

D5. 8.1 Qual o percentual de execução no ano avaliado da meta prevista na LDO para a arrecadação do ICMS?

≥ 70%

≥ 50% e < 70%

< 50%

D6. 9. Consta na LDO meta para arrecadação do IPVA?

Sim

Não

D7. 9.1 Qual o percentual de execução no ano avaliado da meta prevista na LDO para a arrecadação do IPVA?

≥ 70%

≥ 50% e < 70%

< 50%

D8. 10. Consta na LDO meta para arrecadação do ITCD?

Sim

Não

D9. 10.1 Qual o percentual de execução no ano avaliado da meta prevista na LDO para a arrecadação do ITCD?

≥ 70%

≥ 50% e < 70%

< 50%

D10. a) renúncias consolidadas e novas:

Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.

D11. b) benefícios heterônomos:

Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.



D12. 12.1 O Demonstrativo do Anexo de Metas Fiscais da LDO, que objetiva apontar a estimativa e compensação da renúncia de receitas, evidencia a indicação das medidas de compensação para cada renúncia de receita, critérios transparentes e consistentes estabelecidos para apuração da estimativa das renúncias de receitas e para apuração das respectivas medidas de compensação?

Sim

Não

D13. 12.2 Há publicidade e transparência dos valores dos benefícios concedidos por segmento econômico e por modalidade de renúncia?

Sim

Não

D14. 12.3 A administração tributária avalia, formalmente, o custo-benefício da abertura de programas de recuperação de créditos, adota indicadores para avaliação e avalia tais indicadores de resultado periodicamente?

Sim

Não

D15. 12.4 Os registros contábeis da renúncia de receita decorrentes da concessão ou ampliação de incentivos ou benefícios de natureza tributária estão em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e as orientações e manuais da Secretaria do Tesouro Nacional?

Sim

Não

D16. 12.5 Existem relatórios ou outro documento formal de avaliação quanto à eficiência e ao alcance do retorno e resultados esperados da política de renúncia fiscal, que objetiva atrair investimentos e proporcionar o desenvolvimento econômico?

Sim

Não

Seção E: V. Execução da Despesa

E1. 13. O Estado monitora a execução orçamentária da despesa fixada na LOA, visando a correção de possíveis desvios em relação ao planejado?

Sim

Não



E2. 14. O Estado estabeleceu a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso?

Art. 8º, LRF e arts. 47 a 50, Lei Federal 4.320/64.

Sim

Não

E3. 15. O Estado realiza limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela LDO, caso verifique, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecido no Anexo de Metas Fiscais?

Art.9º, LRF.

Sim

Não

E4. 16. A abertura de créditos adicionais se deu nos limites fixados em lei e com indicação dos recursos e justificativas correspondentes?

Art. 42 e 43, Lei 4.320/64.

Sim

Não

Seção F: VI. Execução de Investimento

F1. 17. A execução orçamentária dos investimentos do orçamento fiscal ocorreu de forma regionalizada?

CE/89 e LDO.

Sim

Não

F2. 18. Qual foi a taxa de investimento observada na execução do orçamento em relação à receita corrente líquida no ano avaliado?

Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.

Seção G: VII. Despesa com Pessoal e Terceiros

G1. 19. Qual percentual da despesa com pessoal do Poder Executivo em relação à receita corrente líquida?

$\geq 49\%$

$> 46,4\%$ e $< 49\%$

$\leq 46,4\%$



G2. 20. Qual o percentual da despesa com pessoal do Poder Legislativo (Assembleia e TCE) em relação à receita corrente líquida?

≥ 3%

> 2,84% e < 3%

≤ 2,84%

G3. 21. Qual o percentual da despesa com pessoal do Poder Judiciário em relação à receita corrente líquida?

≥ 6%

> 5,60% e < 6%

≤ 5,60%

G4. 22. Qual o percentual da despesa com pessoal do Ministério Público em relação à receita corrente líquida?

≥ 2%

> 1,89% e < 2%

≤ 1,89%

G5. 23. Qual o percentual da despesa com pessoal consolidada do Estado em relação à receita corrente líquida?

≥ 60%

> 56,9% e < 60%

≤ 56,9%

G6. 24. Em relação à receita corrente líquida, qual o percentual de despesas com contratação de:

Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.

a) serviços de consultoria:

--	--	--	--	--

b) mão de obra temporária:

--	--	--	--	--

c) mão de obra terceirizada:

--	--	--	--	--

Seção H: VIII. Previdência

H1. 25. Existe equilíbrio financeiro entre despesas e receitas do RPPS?

Sim

Não

H2. 26. Existe equilíbrio atuarial do RPPS?

Sim

Não



H3. 27. O Estado criou e implementou Previdência Complementar?

Sim

Não

H4. 28. Nos aportes para cobertura do déficit atuarial do RPPS, o Estado observa a Portaria MPS 746/2011, que determina a aplicação financeira desses recursos por no mínimo 5 anos?

Sim

Não

Seção I: IX. Dívida Ativa

29. Com relação ao total da dívida ativa, no ano avaliado, informe o percentual de:

I1. a) recebimento:

Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.

I2. b) demais modalidades de extinção e exclusão:

Ex: 0%, 10%, 20%, 50%, 100%.

I3. 30. Qual o percentual de prescrição de processos judiciais referentes à cobrança de dívida ativa no ano avaliado, em relação ao valor total dos créditos de dívida ativa extintos?

≥ 10%

> 0% e < 10%

0%

Seção J: X. Dívida Pública

J1. 31. O montante do Serviço da Dívida Estadual (amortização, juros e encargos) respeitou os 11,5% da receita corrente líquida, conforme Resolução do Senado Federal?

Art. 7º, inciso II, Resolução 43/01, observando as exclusões fixadas no § 8º do mesmo artigo.

Sim

Não

J2. 32. O Estado realizou as metas e os compromissos definidos no Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal – PAF?

Sim

Não



J3. 32.1 A avaliação feita pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN sobre o cumprimento dessas metas tem sido positiva?

Art. 26, Medida Provisória 2.192-70 de 24/08/01.

Sim

Não

J4. 33. O montante da Dívida Pública Estadual respeitou os limites estabelecidos na Resolução do Senado Federal?

Arts. 3º e 4º, Resolução 40/01.

Sim

Não

Seção K: XI. Restos a Pagar (Dívida Flutuante)

K1. 34. Informe o percentual do valor inscrito em restos a pagar no exercício anterior pago no ano avaliado:

100%

≥ 75% e ≤ 99%

< 75%

K2. 35. Os restos a pagar do ano avaliado foram inscritos com a correspondente disponibilidade de caixa?

Sim

Não

K3. 35.1 Informe o montante dos restos a pagar inscritos:

Ex: R\$ 500.000,00.

Seção L: XII. Operações de Crédito

L1. 36. As operações de crédito realizadas no ano avaliado foram inferiores ao montante das despesas de capital realizadas pelo Estado?

Art. 12, § 2º, LRF; art. 167, inciso III, CF - Regra de Ouro.

Sim

Não



L2. 37. Os limites e as condições para a realização de operações de crédito, bem como o saldo global das garantias concedidas, ficaram de acordo com o estabelecido na Resolução do Senado Federal?

Art. 7º, inciso I, e art; 9º, caput, Resolução 43/01; art. 59, § 1º, inciso III, LRF.

Sim

Não

Seção M: XIII. Precatórios

M1. 38. Existe suficiência financeira para quitação dos precatórios inscritos no ano avaliado?

Sim

Não

M2. 39. Foi observado o prazo de 5 anos para pagamento do estoque de precatórios, a contar de 1/1/16?

Art. 97, ADCT da CR/88.

Sim

Não

Seção N: XIV. Alienação de Bens e Direitos

ATENÇÃO!!!

Ao clicar em "Enviar", o questionário será submetido definitivamente ao TCE-TO.

N1. 40. Houve aplicação de recursos oriundos da alienação de bens e direitos em despesas correntes, ressalvadas as destinadas por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos?

Sim

Não